Este livro propõe uma perspectiva decolonial para a antropologia jurídica na América Latina. Questiona o colonialismo e a constituição de um pretenso saber jurídico e universal europeu, que surge a partir do ponto zero do conhecimento que promove a subalternização dos saberes locais, o discurso moderno dos direitos dos colonizados e dos iluministas que refletiam sobre a evolução, o estado de natureza e o direito ocidental.

Aborda a origem colonialista da antropologia com a discussão de raça e cultura, do "direito ocidental" universal e do "direito primitivo" local. Trata da postura colonizadora do multiculturalismo oficial e do discurso do desenvolvimento. Demonstra a importância do pensamento decolonial latino-americano, a decolonialidade e a emergência dos saberes locais. Apresenta novas perspectivas da antropologia jurídica para a América Latina e aportes decoloniais como a interculturalidade, o pluralismo jurídico, o estado plurinacional, a ecologia política, o enfoque decolonial da natureza, o direito pensado a partir dos saberes locais e a decolonialidade do conhecimento.

JURUÁ EDITORA Desde 1969 TRADIÇÃO NACIONAL

ISBN: 978-85-362-7769-1

9 788536 277691

UTILIZE O LEITOR DE QR CODE DO SEU CELULAR E CONHEÇA NOSSOS OUTROS TÍTULOS.

Capa: Stefany L. Marques

Imagem de capa: MILLET, Jean-François. A justiça - 1875jpg

Resumo de Antropologia Jurídica. Uma Perspectiva Decolonial Para a América Latina

"Este livro propõe uma perspectiva decolonial para a antropologia jurídica na América Latina. Questiona o colonialismo e a constituição de um pretenso saber jurídico e universal europeu, que surge a partir do ponto zero do conhecimento que promove a subalternização dos saberes locais, o discurso moderno dos direitos dos colonizados e dos iluministas que refletiam sobre a evolução, o estado de natureza e o direito ocidental.

Aborda a origem colonialista da antropologia com a discussão de raça e cultura, do “direito ocidental” universal e do “direito primitivo” local. Trata da postura colonizadora do multiculturalismo oficial e do discurso do desenvolvimento.

Demonstra a importância do pensamento decolonial latino-americano, a decolonialidade e a emergência dos saberes locais. Apresenta novas perspectivas da antropologia jurídica para a América Latina e aportes decoloniais como a interculturalidade, o pluralismo jurídico, o estado plurinacional, a ecologia política, o enfoque decoloni al da natureza, o direito pensado a partir dos saberes locais e a decolonialidade do conhecimento."

Acesse aqui a versão completa deste livro